

## DISTRITO FEDERAL

Atacadistas só podem negociar com empresas, conforme decreto do GDF que entra em vigor hoje. Decisão dificultará a compra de produtos desse setor por comerciantes informais e por pessoas físicas

# Vendas são limitadas no comércio

**LUÍS OSVALDO GROSSMANN**  
DA EQUIPE DO CORREIO

O governo do Distrito Federal decidiu manter, sem alterações, a decisão de limitar a compradores com CNPJ as vendas dos atacadistas beneficiados pelo Termo de Acordo Especial (Tare). A medida está no Decreto 27.538, publicado em 21 de dezembro do ano passado, mas que entra em vigor a partir de hoje. Até ontem à noite, representantes dos atacadistas tentaram convencer as secretarias de Fazenda e de Desenvolvimento a revogar o documento.

“Não teve outro jeito, não conseguimos demover o governo”, reconhece o presidente do Sindicato Atacadista do DF (Sindiatacadista), Fábio de Carvalho. Segundo ele, o principal impacto do decreto será a suspensão das vendas ao mercado informal, que se valia das compras no atacado para a revenda nas feiras e ruas da cidade.

Antes da validade do decreto, os atacadistas participantes do programa de benefícios do Tare podiam vender 10% da receita bruta total ao consumidor final ou ao mercado informal dentro do DF. A vantagem está no preço

menor, uma vez que com a criação do Tare, em 1999, os atacadistas do DF passaram a pagar alíquotas de ICMS que variam de 1% a 4,5%, dependendo do produto — fora do programa, a alíquota é de 7%, em média.

O decreto atende principalmente a pedidos do comércio varejista, que se sentia prejudicado pela venda direta dos atacadistas a pessoas físicas. Segundo o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Vicente Estevanato, que se encontrou com o vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico, Paulo Octávio, na segunda-feira, a prática vem trazendo prejuízo aos comerciantes.

### Diferenças

“Os atacadistas têm condição tributária privilegiada e, por isso, não podem vender para pessoas físicas. As empresas têm que decidir se vendem no atacado ou no varejo”, diz o presidente da CDL. Ele afirma que, enquanto o Tare beneficiou o atacado com alíquotas reduzidas, o varejo tem que arcar com o percentual de 17%.

O risco, argumentam os atacadistas, é de esse espaço ser ocupados por empresas de outros estados, especialmente de

Paulo de Araujo/CB - 14/5/04



**EMPRESA ATACADISTA DE BRASÍLIA: SETOR NÃO CONVENCEU O GOVERNO A REVOGAR O DECRETO 27.538**

Goiás. A expectativa inicial do setor, depois de uma consulta a algumas das empresas, era de que a decisão de limitar as vendas causasse a demissão de pelo menos 200 pessoas devido à queda no faturamento. Carvalho admite, porém, que esse impacto pode ser menor. “A partir de agora vamos montar um grupo de trabalho para ver o impacto real

da medida e retomar a conversa com o GDF, provavelmente em abril”, diz o presidente do Sindiatacadista.

Em outra frente, os atacadistas vão procurar o governo de Goiás, para que o estado adote a mesma decisão do GDF. “Os dois governos estão muito alinhados e essa é uma negociação possível. Se Goiás, concordar, o impacto para

nós praticamente se anularia”, afirma Fábio de Carvalho. Mas um dos temores do setor não se confirmou. Como está, o decreto ainda permite a venda a grandes compradores, como hospitais, hotéis e empresas de ônibus, que embora sejam considerados consumidores finais, possuem CNPJ e poderão, portanto, manter as compras do atacado local.